

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2020

Guiné-Bissau

Em 2020, a Guiné-Bissau fez um avanço mínimo nos seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O Instituto da Mulher e da Criança apoiou 75 crianças *talibé* com cuidados médicos, abrigo, identificação da família e a registar as certidões de nascimento. Ademais, em Outubro de 2020, o governo reabriu as escolas com provisões específicas para fazer face ao tempo escolar perdido, devido a greves de professores prolongadas e à pandemia da COVID-19, nomeadamente acrescentando um dia de aula em cada semana do calendário escolar para garantir repercussões mínimas na educação das crianças. Contudo, as crianças na Guiné-Bissau são sujeitas às piores formas de trabalho infantil, designadamente a mendicância forçada, por vezes como consequência do tráfico de seres humanos. As crianças também estão envolvidas em trabalho forçado na agricultura. Ademais, a idade mínima para trabalhar não está em conformidade com as normas internacionais, já que as protecções previstas na lei relativas à idade mínima não se aplicam a crianças sem contrato de trabalho. As autoridades de aplicação da lei não recebem formação e recursos suficientes para levar a cabo inspecções e processar adequadamente os casos de trabalho infantil, e os programas sociais não dão resposta suficiente à dimensão do problema no país.

Acções Governamentais Sugeridas para Eliminar o Trabalho Infantil

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil na Guiné-Bissau.

Acções Governamentais Sugeridas para Eliminar o Trabalho Infantil		
Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Estrutura jurídica	Garantir que a idade mínima para trabalhar se aplique a todas as crianças, incluindo as crianças desprovidas de contrato de trabalho.	2015 – 2020
	Estipular, por meio de legislação ou regulamentação nacional, os tipos de trabalhos perigosos proibidos para as crianças, em consulta com empregadores e organizações de trabalhadores.	2009 – 2020
	Certificar-se de que a lei estipule a proibição penal do recrutamento de crianças com menos de 18 anos de idade por grupos armados não estatais.	2016 – 2020
	Assegurar a gratuitidade de todos os 9 anos de ensino básico.	2015 – 2020
Fiscalização	Aumentar a idade mínima para trabalhar para a idade até à qual a escolaridade é obrigatória.	2018 – 2020
	Garantir que o número de autoridades de aplicação da lei seja suficiente para fazer face à dimensão do problema e que tanto as	2009 – 2020

Acções Governamentais Sugeridas para Eliminar o Trabalho Infantil		
Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
	autoridades de aplicação do direito civil como do penal recebem formação e recursos adequados para inspecionar, investigar e processar penalmente os casos de trabalho infantil em todo o país, incluindo Bafatá e Gabú, locais onde a incidência de trabalho infantil é verificada.	
	Reforçar a Inspecção-Geral do Trabalho dando início a inspecções de rotina, com um foco em inspecções baseadas em análise de dados relacionados com sectores susceptíveis a riscos e padrões de incidentes graves.	2016 – 2020
	Estabelecer um mecanismo para receber denúncias de trabalho infantil.	2016 – 2020
	Estabelecer mecanismos de encaminhamento das crianças encontradas durante inspecções laborais e investigações criminais aos prestadores de serviços sociais.	2016 – 2020
	Publicar os dados de aplicação do direito laboral, nomeadamente informações relativas ao financiamento da Inspecção Geral do Trabalho, o número de inspecções realizadas, o número de violações identificadas, e o número de penalidades impostas e cobradas relacionadas com o trabalho infantil. Para além disso, publicar os dados de aplicação da lei penal que são desagregados por crimes contra crianças, incluindo o número de investigações de trabalho infantil, violações identificadas, procedimentos criminais abertos, condenações proferidas e as penalidades impostas por violações relacionadas com as piores formas de trabalho infantil.	2009 – 2020
Coordenação	Garantir que a Comissão Nacional para o Combate ao Trabalho Infantil esteja apta a desempenhar o mandato para o qual foi incumbida.	2020
Políticas governamentais	Garantir que sejam empreendidas acções que visem a implementação da Política Nacional para a Protecção Integral da Criança e do Adolescente.	2017 – 2020
Programas sociais	Aumentar significativamente as campanhas de sensibilização nacional sobre o tráfico de seres humanos, incluindo o tráfico infantil.	2018 – 2020
	Assegurar-se de que as instalações, incluindo os abrigos, contem com recursos adequados para auxiliar as vítimas das piores formas de trabalho infantil.	2015 – 2020
	Ampliar os actuais programas voltados a lidar com a abrangência do problema do trabalho infantil.	2009 – 2020

Acções Governamentais Sugeridas para Eliminar o Trabalho Infantil

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
	Redobrar os esforços para eliminar obstáculos e tornar o ensino acessível a todas as crianças, aumentando o número de escolas, melhorando a infraestrutura escolar e disponibilizando transportes, especialmente para as áreas rurais.	2019 – 2020